

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Maria Aparecida Resende

**A CASA DO LARGO DO SACRAMENTO:
UM BREVE REGISTRO DE MEMÓRIA**

Belo Horizonte

2012

Maria Aparecida Resende

**A CASA DO LARGO DO SACRAMENTO:
UM BREVE REGISTRO DE MEMÓRIA**

Trabalho de conclusão apresentado ao Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Docência na Educação Básica da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Educação Ambiental e Patrimonial.

Orientador: Prof^a. Luana Carla Martins Campos

Belo Horizonte

2012

Ficha Catalográfica

--

Maria Aparecida Resende

**A CASA DO LARGO DO SACRAMENTO:
UM BREVE REGISTRO DE MEMÓRIA**

Trabalho de conclusão apresentado ao Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Docência na Educação Básica da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Educação Ambiental e Patrimonial.

Aprovado em 28 de julho de 2012.

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Luana Carla Martins Campos – Faculdade de Educação da UFMG

Maria Luiza Grossi Araujo – Instituto de Geociências da UFMG

Ao meu estimado e saudoso Pai, Benedito Bonsucesso que, com carinho, respeito e compromisso com a história da casa na qual passou sua infância, juventude, idade adulta e velhice, demonstrou-nos o apreço que devemos ter com as histórias contadas e vividas, sobretudo, o cuidado que se deve ter com o que “herdamos”, tanto em relação ao patrimônio material quanto o patrimônio imaterial. Sendo ele o referencial desses registros de memória, participando das minhas alegrias vivenciadas na casa, como também na realização de meu curso de pós-graduação da Laseb, quando da elaboração inicial desse trabalho. Devo, portanto, a ele, as razões pela quais me interessei pela presente pesquisa. Que chegue até aos céus, o meu carinho, minhas saudades e meus agradecimentos. OBRIGADA PAPAÍ!

AGRADECIMENTOS

Não poderia deixar de apresentar aqui os meus agradecimentos à equipe da Secretaria Municipal de Educação de Congonhas e Prefeitura de Congonhas que, ao firmarem a parceria com a Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG- para a oferta de Pós- Graduação *Lato Sensu*, em Ensino na Educação Básica, possibilitaram a análise reflexiva sobre a prática docente e o fortalecimento das práticas educativas já adotadas no processo educacional, bem como o incentivo no desenvolvimento de novas práticas voltadas para a melhoria da educação, no município.

Agradeço ao professor de “Fundamentos Históricos e Sociológicos da Educação”, João Valdir Alves de Souza, à Maria Luíza Grossi Araújo, professora da disciplina “Usos e Ocupações do Espaço Urbano e Rural”, à professora Mônica Ângela Grossi Araújo, que lecionou as disciplinas “Ambiente, Sociedade e Cultura” e “Mapeamento Sócio - Ambiental: Metodologia”; os quais, no desenvolvimento de seus trabalhos, demonstraram ainda que indiretamente, que a presente pesquisa era, de fato, pertinente, assim como também, a orientadora Luana Martins Campos que, ao final do trabalho, não permitiu que o cansaço e as saudades de meu pai fossem motivos de desistência na caminhada desse registro de memórias...

Agradecimentos especiais ao Secretário Administrativo da LASEB, Marcos Alves e à Coordenadora Geral da Laseb Elza Vidal de Castro, os quais, com profissionalismo, comprometimento e delicadeza foram capazes de amenizar nossas angústias nos momentos difíceis e durante todo o processo de estudo; a eles, meu reconhecimento e respeito pelo trabalho desenvolvido.

***“Ser sábio é melhor que ser forte;
o conhecimento é mais importante do que a força.
afinal, antes de entrar numa batalha, é preciso planejar bem,
e quando há mais conselheiros, é mais fácil vencer.”***

Provérbios 24: 5-6

RESUMO

O presente trabalho visa compreender as transformações ocorridas no espaço da antiga Praça do “Largo do Sacramento” e a atual “Praça Sete de Setembro”, e em especial o registro de memória dos moradores da casa mais antiga, ou seja, a Casa dos Bonsucesso, demonstrando com os relatos de memórias, como e quais foram os processos de construção e desconstrução de um patrimônio local.

Há que se entender que o Largo do Sacramento abrangia uma grande área e que num dado momento da história o grande espaço, a Igreja de Nossa Senhora da Conceição, tornou-se o marco divisor da grande praça. Para melhor entendimento do marco divisor: quem sobe a Rua Padre Antônio Correia depara-se com a Igreja Nossa da Conceição, encontrando à direita da Igreja, a conhecida por todos os congonghenses a Praça Dom Silvério (que na verdade é a Praça Barão de Congonhas, conforme lei de 1948) e à esquerda da Igreja, a Praça Sete de Setembro, onde está a residência da narradora, objeto de nosso estudo.

Pretendemos, com esse trabalho, focar nossos estudos no lado esquerdo da Igreja de Nossa Senhora da Conceição, ou seja, a casa de número 89 e, obviamente, a Praça Sete de Setembro, hoje. Portanto, o trabalho versará sobre as questões relacionadas à preservação do patrimônio imaterial (que inclui relato dos moradores da praça, quantas e como eram as casas, quantas ainda existem) e, outra abordagem, ainda que em menor destaque nesse trabalho, refere-se à referência a uma árvore existente na praça denominada popularmente de “Cutieira”.

Importa-nos reconstruir a memória da casa da narradora e do espaço da praça, sua história e transformações, criando assim situações de análise e reflexão acerca da valoração e preservação da memória e, conseqüentemente, do espaço da casa e da praça como um local histórico, social e cultural, culminando na criação do “Dia da Praça”. Isso permitiria rememorar as histórias da praça por meio de um evento no qual seriam contadas histórias pelos seus atuais e antigos moradores, expondo documentos, fotos, depoimentos orais, entrevistas com moradores e cidadãos que fazem e fizeram parte desta construção/desconstrução da memória da Praça, ontem e hoje.

Palavras-Chave: Patrimônio, Casa, Praça, Memória, Preservação.

SUMÁRIO

1 MEMORIAL DE PERCURSO.....	10
2 PROJETO DE TRABALHO.....	17
2.1 Apresentação do Tema.....	17
2.2 Problemas de Pesquisa.....	17
2.3 Objetivos.....	17
2.3.1 Objetivo Geral.....	17
2.3.2 Objetivos Específicos.....	18
2.4 Revisão Teórico-Conceitual e Justificativa.....	18
3 DESCRIÇÃO DO PRODUTO PEDAGÓGICO.....	25
3.1 Descrições do Produto Pedagógico.....	25
4 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E DOCUMENTAIS.....	38
5 ANEXOS.....	39
5.1 Roteiro do Documentário.....	39
5.2 Poemas.....	45
5.3 Modelo de Entrevista.....	47
5.4 Cópia de Lei Municipal.....	49

1. MEMORIAL DE PERCURSO

Interessante observar que a busca de conhecimento, o aperfeiçoamento de nossa prática docente se dá numa constante caminhada, por vezes tortuosa, por vezes bem delineada, por vezes clara e nítida, por vezes obscura e indecisa. Entretanto, seja qual o caminho a percorrer, o indivíduo deve estar imbuído do sentimento que busque o ter, não no sentido de possuir somente para si, mas sim para dele fazer uso, assim como a lâmpada que, após um simples toque é capaz de irradiar luz e orientar passos e visão. O ter para se multiplicar também pode ser comparado à lâmpada apagada, pois, mesmo não tendo luz, sabe de sua importância, está ali, porém, necessita de que fatores externos sejam capazes de fazê-la iluminada. É assim que inicio esse memorial, como essa lâmpada que por vezes apagada, encontra muitos momentos de luz, de claridade e utilidade.

A educação se faz no seu dia a dia, como também de modo sistematizado, assim fui me formando e crescendo, como cidadã consciente dos meus direitos e deveres. Quando criança brincava de professora, cujas referências se deviam ao exemplo de professores do segundo ano primário, os quais afáveis, ensinavam. Não me lembro, no entanto, do rosto da professora do 1º ano primário, cujo período foi “deletado” da memória, com certeza, devido a alguma decepção e frustração que me fez bloquear as lembranças desse período.

Entretanto, o “primeiro ano esquecido” não foi motivo de desestímulo no ato de prosseguir, com afinco, nos estudos e, muito menos de excluir o processo educacional na minha vida, tanto na formação pessoal, quanto na formação profissional a ser executada num futuro distante. Talvez, quem sabe, o bloqueio na mente das lembranças do “primeiro ano”, foi de certa forma, estimulando a busca na formação de magistério e dele fazer uso, como professora, fomentando a interação com crianças e adolescentes de modo afetuoso e responsável, com autoridade, porém, sem autoritarismo e indiferença, de modo a fazer com que as crianças e adolescentes sentissem prazer e responsabilidade no ato sublime de conhecer e aprender.

Assim fui caminhando, **sendo tocada, trabalhada, incentivada, estimulada e reconhecida no processo educacional** enquanto aluna, o que fez fortalecer

meus propósitos de um dia tornar-me **EDUCADORA**.

Paralelamente aos estudos, cresci brincando e divertindo-me na cidade de Congonhas, mais especificamente na Praça Sete de Setembro, número 89, bairro da Matriz. Vale ressaltar que a casa de meus pais está situada numa praça que é dividida pela Igreja Nossa Senhora da Conceição, já que o templo serve de baliza entre as duas praças existentes no bairro: do lado esquerdo está a Praça Sete de Setembro e do lado direito de quem sobe o morro da Matriz está a Praça Dom Silvério.



Foto 01- Matriz de Nossa Senhora da Conceição- 2012

Foto tirada subindo pela Rua Padre Antônio Corrêa – Por: M^a Aparecida Resende- Arq. Pessoal

Do lado esquerdo temos também uma grande árvore, denominada **Cutieira**, cujo fruto é a **cutia**, que serve como remédio para cólicas abdominais de cavalos e éguas. Por vezes, quando criança, meu avô paterno colhia algumas cotias e abrindo-as explicava-me sobre o fruto. Sentávamos no banco de cimento da casa de meus pais e ali apreciávamos a praça e conversávamos sobre a árvore e o seu fruto, utilizado pelos cavaleiros da redondeza.

Ali também havia o Armazém “Nossa Senhora Aparecida”, de propriedade de meu pai e chamado pelo povo de “Armazém do Bené”. Criado no ano de 1960,

vendia todo o tipo de alimentos, utilidades do lar e variedades de secos e molhados, em geral. Na época, não existia o cartão de crédito, mas, sim a “venda no fiado”, o que era vendido pagava-se depois, de forma que era anotado em um caderno grande e grosso; o consumidor levava uma caderneta pequena para o seu controle. Junto ao armazém, no final do mês, a compra era quitada, sem maiores problemas.



Foto 02- Armazém Nossa Senhora Aparecida – 1996 – Por: Cida Resende – Arquivo Pessoal.



Foto 03- Armazém Nossa Senhora Aparecida – 1996 – Por: Vera de Fátima Seabra

Na Praça Sete de Setembro existiam cinco casas, sendo três antigas e bonitas, atualmente apenas duas delas estão em bom estado de conservação. Do lado direito encontramos o Colégio Normal Nossa Senhora da Piedade, hoje tratado de Colégio Nossa Senhora da Piedade. Havia também um pequeno monumento em homenagem ao primeiro bispo negro do Brasil, Dom Silvério, homenagem do governo local, ao filho ilustre de Congonhas. Citando Dom Silvério Gomes Pimenta, lembro-me da excursão realizada no segundo ano primário, quando fizemos visita às ruínas de sua casa. Foi um passeio inesquecível, o local atualmente é conhecido como Bairro Dom Silvério.

Retornando à antiga casa de meus pais, oportuno registrar que a referida residência, construída conjuntamente à edificação da Igreja de Nossa Senhora da Conceição, abrigava o Santíssimo Sacramento para adoração dos fiéis católicos, até que a se concluísse a construção do templo religioso, cuja construção finalizou-se no ano de 1734.

A praça serviu por muito tempo para a realização de brincadeiras e diversões, especialmente no período da tarde, quando, após os estudos, a “queimada” e o “rouba bandeira” uniam as diferentes idades, numa diversão ímpar. Era bonito de se ver e, nos tempos atuais, de se lembrar!

Escrevendo esse memorial percebo com clareza que o prédio da igreja era um marco divisor das ações na minha infância, tendo do seu lado esquerdo a casa de meus pais, onde recebia uma educação pautada no respeito aos mais velhos, com horários rígidos de estudos e horários para as brincadeiras na praça.

A árvore frondosa, por sua vez, existente na praça servia de abrigo às conversas e para alguns brinquedos de ferro como, por exemplo, o escorregador. Isso, até que na década de 90, quando ela foi substituída por novas mudas, tendo vingado apenas na terceira muda que ainda hoje se encontra lutando para sobreviver em meio a tanta poeira e falta de tratamento e poda.

Oportuno registrar que a mesma árvore que servia de abrigo para antigos moradores, servia também, em época de festas, aos cavaleiros que ali deixavam seus cavalos para desfrutarem de sua frondosa copa que os mantinham confortavelmente, sob uma “fresca sombra”. Sob a sombra da “Cutieira”, muito se conversava, muitas brincadeiras aconteciam. Fico a imaginar, quantos foram os fatos e acontecimentos registrados pela antiga e atual árvore?

Lamentavelmente, nos dias atuais, a Cutieira é utilizada para depósito de lixo,

é referência na coleta do lixo do bairro para o “Caminhão de Lixo” da Prefeitura de Congonhas.



Foto 04- A frondosa Cutieira- Por Welerson Ahatydes Fernandes –Arquivo Pessoal.



Foto 05 Cutieira em Agonia – Por: Welerson Ahatydes Fernandes –Arquivo Pessoal.

Realizei meus estudos da educação infantil ao ensino médio no Colégio Normal Nossa Senhora da Piedade, localizado à direita do prédio da Igreja. No ano de 1977, conclui os cursos técnicos de Magistério e em Secretariado.

A graduação em Pedagogia foi realizada na cidade mineira de Lavras, concluída no ano de 1983, com habilitações em magistério das séries iniciais e Supervisão Escolar. Realizei Pós-Graduação em Metodologia do Ensino Superior no ano de 1998; em Inspeção Escolar em 1999; em Psicopedagogia em 2000; e,

finalmente, mestrado em Educação no ano de 2002, tendo como título da dissertação “*Causas e Efeitos da Indisciplina em Sala de Aula*”.

Todos os cursos foram realizados visando a melhoria nas atividades docente, minha experiência no magistério iniciou-se em 1978, e abertura de novos horizontes frente às questões educacionais. Paralelamente aos cursos da habilitação e qualificação, participei e ainda hoje participo, (ainda que esteja em processo de aposentadoria), de cursos livres de capacitação na área de educação, acreditando ser esse o melhor caminho para o crescimento pessoal e, sobretudo, profissional.

A opção pela Pós-Graduação em Educação Básica do LASEB, na área de concentração em Educação Ambiental e Patrimonial, justifica-se nesse aspecto pela realidade na qual convivi, enquanto criança e pelas intempéries vivenciadas, pela nossa cidade de Congonhas, no decorrer de minha vida estudantil e profissional. Quando digo que desde criança presencio as mudanças ocorridas tanto na vida das pessoas, quanto no entorno do município, vale registrar para efeito de ilustração que a Escola Estadual “Lamartine de Freitas”, funcionava no distrito de “Casa de Pedra” e com a extinção do distrito, visando ampliação da exploração mineral local, a escola foi transferida para a cidade de Congonhas e os moradores, conforme interesse e condições, mudaram para outras cidades.

Hoje, a história se repete, uma vez que os moradores do distrito de Plataforma, dada à necessidade de expansão da Companhia Siderúrgica Nacional, deparam-se com a situação de remoção compulsória, o que os leva à busca por outro local para a continuidade de sua história, rompendo assim com as vivências locais, que agora passam a ser registradas somente na memória. Os fatos mudam, mas a história de exploração no município, entretanto, continua a mesma. Com projetos pífios das companhias, estas acreditam devolver à população as condições de sobrevivência que julgam eficazes, empurrando-nos aos abismos da pobreza, sujeira e poluição de toda espécie.

Ao optar por realizar o curso *lato sensu* em educação básica com a área de concentração em educação ambiental e patrimonial, a opção de escolha se justifica por acreditar que, ciente das regulamentações ambientais e patrimoniais, poderei, juntamente com diversos educadores, alunos, pais e comunidade em geral, não somente criar, mas colaborar ainda mais na construção de estratégias de desenvolvimento sustentável, como também agir como agente fiscalizador e de conscientização frente às questões ambientais e patrimoniais na cidade de

Congonhas.

Hoje, decorridos oito meses destinados à reflexão crítica acerca do ambiente patrimonial e ambiental, especialmente os estudos relacionados à realidade local, percebo a importância nos aspectos intrínsecos aos espaços que existem no mundo, em especial, no espaço local. Outro aspecto, de grande contribuição obtida com a realização do curso supracitado, refere-se ao processo de pesquisa de análise na construção e entendimento dos passos de uma história. No meu caso, ventilou uma história específica relacionada à praça, que possui uma casa e que possui também uma árvore, bens patrimoniais que conduziram e conduzem memórias, fatos e acontecimentos, os quais, ainda vivos em algumas memórias, passarão a existir de modo sistematizado em um documentário, meu produto pedagógico que sistematiza também grande parte de minhas experiências no lugar.



Foto 06- Marco Divisor do Largo do Sacramento: Igreja de Nossa Senhora da Conceição – Anos 70
Arquivo de Welerson Athaydes Seabra

2. PROJETO DE TRABALHO

2.1. Apresentação do Tema

A casa do Largo do Sacramento: um breve registro de memória trata-se de um projeto desenvolvido para a concretização de um vídeo-documentário que se baseia em um breve relato de vida de Maria Aparecida Resende, moradora do Solar dos Bonsucesso, situado na praça dantes denominada como Largo do Sacramento, posteriormente, Praça Sacramento e atualmente, Praça Sete de Setembro. Suas lembranças, seus relatos de conversação com antigos moradores (atuais e falecidos), os quais relatavam os momentos de alegrias e de valorização da praça, de construção e desconstrução desse espaço, serão apresentados pela autora, razão pela qual, espera-se que, com o presente documentário, crie-se no ambiente escolar da Escola Municipal Engº Oscar Weinschenck, O “Dia da Praça”.

2.2. Problemas de Pesquisa

A falta de registros e de informação acerca do espaço da Praça Sete de Setembro, suas histórias e transformações ocorridas na praça despertou o interesse reconstruir a memória deste espaço, destacando-se as transformações ocorridas ao longo dos anos por meio do relato de vida dos moradores antigos e atuais da Praça, e, em especial, destacar a casa da Praça Sete de Setembro de número 89, na qual reside a narradora e pesquisadora desse trabalho. Para tanto, pretendemos pesquisar quais foram as mudanças e permanências estabelecidas neste lugar de sociabilidade? Que diálogo entre as temporalidades podem ser estabelecidos? Qual a relação entre o patrimônio material e o imaterial?

2.3. Objetivos

2.3.1. Objetivo Geral

- Reconstruir a memória do espaço da praça, em especial da casa mais antiga, isto é, a Casa dos Bonsucesso, sua história e transformações, criando situações de análise e reflexão acerca da valoração e preservação da memória da casa e da praça como um local histórico, social e cultural, tendo como referência o patrimônio material, a casa dos Bonsucesso, por ser a casa mais antiga da Praça e o patrimônio imaterial, ou seja, a coleta de informações, com entrevistas

informais,(relatos orais e entrevistas escritas)da memória do local, pelos entrevistados.

2.3.2. Objetivos Específicos

- Contribuir para que a Casa e a Praça sejam reconhecidas como um espaço de importância histórica, social e cultural da cidade de Congonhas.
- Identificar os moradores que ali residiam e que ainda residem, conhecendo a história e importância da Praça na vida dos mesmos.
- Apresentar o documentário com a narradora do presente trabalho e moradora da praça, com narração de suas lembranças para que o mesmo seja base de construção do “Dia da Praça”, na escola do bairro.
- Criar o “Dia da Praça” com apresentação de documentos e fotos de moradores e colaboradores na preservação da Praça.

2.4. Revisão Teórico-Conceitual e Justificativa

Para compreendermos melhor os propósitos dessa pesquisa procuraremos demonstrar o que é o processo de preservação da memória, visto ser este um tema em destaque nos últimos anos, a preocupação com a conservação de registros de memória, nos diferentes contextos e suportes, justifica a reflexão sobre o perigo de esquecer ou perder tais registros que relatam fatos históricos marcantes de uma determinada sociedade, de um grupo social, de uma família, de um ser. Assim então, pretendemos nesse trabalho abordar sobre a Casa dos Bonsucesso, ou seja, a casa de número 89, situada na antiga Praça antes denominada como Largo do Sacramento, posteriormente, Praça do Sacramento e, a partir da Lei Municipal nº 15 de 14 de abril de 1948, que dispõe sobre a denominação de logradouros públicos, denominada como Praça Sete de Setembro.

A memória é, portanto, o único meio de rever o passado no presente:

Entendemos que, a importância de preservar informações em quaisquer tipos de suporte provém da necessidade de resguardar o passado, no intuito de entender o presente e fazer prospecções ao futuro com base nas experiências vivenciadas anteriormente. (MENDES; SANTOS e SANTIAGO, 2010: 02)

O conceito memória enquanto um fenômeno social se apresenta como um processo histórico que reflete as características culturais de um determinado povo. Nesse sentido, Monteiro; Carelle e Pickler (2008), afirmam que esse tipo de memória pode ser interpretado como sendo coletiva, isto é, aquela que faz parte das características de um grupo de pessoas, e que ultrapassa a memória individual e biológica de um indivíduo tornando-se a memória de uma sociedade. Esta é a razão pela qual, eu, Maria Aparecida Resende, filha dos proprietários da antiga casa da praça, pretendo, no desenvolvimento desse trabalho, pesquisar os fatos, “causos” e casos que refletem a experiência de vida dos moradores da Casa em estudo, bem como de alguns moradores da praça, ou seja, os vizinhos próximos à casa de número 89, “Casa dos Bonsucesso”.

O interesse dessa pesquisa se deu em decorrência dos estudos realizados durante o curso de pós-graduação em Educação Ambiental e Patrimonial, desenvolvido pela UFMG, em especial, as disciplinas: *Educação Patrimonial na Escola: bases para a construção de novas práticas de cidadania; Ambiente, Sociedade e Cultura*; como também o entusiasmo sobre o tema, a motivação e os conhecimentos significativos repassados à orientada, pela orientadora Luana Carla Martins Campos.

A sociedade como produtora de conhecimento deve procurar preservar sua história e sua cultura, pois, entende-se que delas provem a atual identidade do povo, razão pela qual, pretendo, com o documentário das memórias expressas pelos meus avós paternos, registrar as lembranças e importância da Casa, nos aspectos cultural, social e religioso de uma época.

Toda a memória coletiva ou biológica refere-se à memória individual. De uma pessoa determinada e dotada de um sentimento especial, sentimento esse, definido por um nome próprio, como também pelo limite entre a pessoa e o mundo exterior. Para cada pessoa, sua memória tem dois lados, portanto, a memória se refere ao eu, mas, também, ao olhar que a pessoa tem sobre si mesma e sobre o entorno, no qual ela, pessoa, está inserida. Por isso, ninguém pode ser privado de memória sem ser despossuído de identidade. Sem memória, uma pessoa não se reconhece. Ela se despedaça, deixa de existir. Neste sentido, toda pessoa tem uma memória. As lembranças que podemos invocar à vontade ou os restos registrados de nossas experiências vividas são a matéria-prima da memória humana.

A percepção humana não é apenas uma simples gravação. Ela resulta da

junção entre a capacidade de perceber e o indivíduo que percebe. Mas ela é, também, inseparável de um filtro afetivo. Tal filtro é, por um lado, modelado pelo social e pelo mundo em que está inserida a memória. Mundo que ela apreende e que possui certa estrutura. Pois, ela não pode ser separada do pensamento, das crenças, das atitudes interiorizadas pelo indivíduo ao longo de sua socialização. Isto tudo, afinal, é parte de sua própria identidade.

Portanto, a memória da relatora, narrada em documentário, tem por finalidade deixar registrado para o futuro, o que fora adquirido e repassado nos dias vividos na Praça Sete de Setembro, especialmente na Casa dos Bonsucesso, o qual foi espaço de manifestação religiosa até que se concretizasse o término da construção da Igreja de Nossa Senhora da Conceição.



Foto 07- Casa dos Bonsucesso- Por: Maria Aparecida Resende- 1994- Arquivo Pessoal.

Na porta maior era exposto o Santíssimo Sacramento, ficava aberta aos fiéis.

Importante ressaltar que a memória nos conduz, de certa forma, à aquisição de conhecimentos, experiências e na troca das mesmas. Assim sendo, é oportuno registrar ainda que a memória não pode ser separada do pensamento, das crenças, das atitudes interiorizadas pelo indivíduo ao longo de sua socialização. Isto tudo, afinal, é parte de sua própria identidade.

Independentemente de como seja classificada a memória – factual, saudosista, qualitativa ou seletiva – toda a memória humana é, ao mesmo tempo, parcial e avessa à imparcialidade. Isto, contudo, não a impede de ser autossuficiente, pois, se alguém não se lembra de alguma coisa, precisa contar com a palavra de um interlocutor que afirma ter tal e qual lembrança e isto se dá, porque a memória não administra provas, ela é sua própria prova. “Eu me lembro que foi assim...”, “Fulano apresentou-me relatos de uma vida passada nesse período em que acontecia...” são argumento suficientemente convincentes; eis aí a razão dessa pesquisa feita pela narradora.

Através dos relatos de sua avó Maria Elisa Cordeiro (1889-1986), a narradora Aparecida Resende, moradora da Casa, reviverá, através desses relatos, um período social e religioso, no qual a residência de seus pais, aliado ao patrimônio material (casa), obtém informações da memória (patrimônio imaterial), agregando-se aos mesmos, o registro em documentário das informações adquiridas e vividas; pretendendo assim, deixar um arquivo de memória para as gerações futuras.

Há que se considerar, no entanto, que o dever de memória não deve, sobretudo, conduzir a sacralizações. Alerta-nos Jacques Le Goff que a memória não busca salvar o passado para servir ao presente e ao futuro. Toda a memória humana é como já foi dito, memória de alguém. Memória de alguém que muda e se transforma. Ao mudar, buscando uma identidade variável, tanto o indivíduo quanto sua memória constrói “uma identidade narrativa”, ou seja, uma identidade construída na mudança.

O historiador Pierre Nora definiu como “lugares de memória” locais materiais ou imateriais nos quais se encarnam ou cristalizam as memórias de uma nação, e onde se cruzam memórias pessoais, familiares e de grupo: monumentos, uma igreja, uma casa, um sabor, uma bandeira, uma árvore centenária podem constituir-se em “lugares de memória”, como espelhos nos quais, simbolicamente, um grupo social ou um povo se “reconhece” e se “identifica”, mesmo que de maneira fragmentada.

Estes “lugares”, ou “suportes” da memória coletiva funcionam como “detonadores” de uma sequência de imagens, ideias, sensações, sentimentos e vivências individuais e de grupo, num processo de “revivenciamento”, ou de “reconhecimento”, das experiências coletivas, que têm o poder de servir como substância aglutinante entre os membros do grupo, garantindo-lhes o sentimento de “pertença” e de “identidade”, a consciência de si mesmos e dos outros que

compartilham essas vivências. “Reconstrói-se, por essas memórias, a representação que um povo faz de si mesmo”, afirma Mary del Priore.

Quanto mais ricas e diversificadas as experiências vividas e compartilhadas por um grupo de pessoas vivendo em comunidade, mais rica e complexa será esta “Memória”, ou rememoração, daí nosso desejo de, ao produzir o documentário com registros de memória dos moradores antigos e atuais da Casa dos Bonsucesso, como também as informações obtidas em conversas informais com os antigos moradores e vizinhos os quais residiam na Praça.

O documentário tem por finalidade demonstrar, aos alunos da Escola Municipal “Oscar Weinschenck”, através do registro de memórias, o valor da casa antiga, nos aspectos religioso e cultural de um bairro, de uma cidade, uma vez que, no ano de 2008, com sede nova, a escola passou a fazer parte do espaço da Praça, vislumbrando a proposição do estabelecimento do “Dia da Praça” a ser desenvolvido pela comunidade escolar em parceria com a comunidade local. Portanto, o documentário servirá como material de apoio na execução de futuras pesquisas e estudos, reconhecendo assim que um espaço físico possui identidade e memória.



Foto 08- Parte da Praça Sete de Setembro – 1957 – Arquivo: Welerson Athaydes Seabra- À direita, casa onde viveu a Família Seabra, posteriormente, na década de 70, residiu a família de João Sant’Anna- Atualmente: Escola Municipal “Engº Oscar Weinschenck”

O presente trabalho, portanto, justifica-se pelo interesse em compreender as transformações ocorridas no espaço da antiga Praça do Largo do Sacramento e a atual Praça Sete de Setembro, demonstrando através dos tempos, como e quais foram os processos de construção e desconstrução de um patrimônio local, focando,

evidentemente a casa mais antiga, ou seja, a casa dos Bonsucesso.

Há que se entender que o Largo do Sacramento abrangia uma grande área e que num dado momento da história, a Igreja de Nossa Senhora da Conceição, tornou-se o marco divisor da grande praça. Para o melhor entendimento do marco divisor: quem sobe a Rua Padre Antônio Correia depara-se com a Igreja Nossa da Conceição, encontrando à direita da Igreja, a Praça Dom Silvério e à esquerda da Igreja, a Praça Sete de Setembro, local onde se encontra a residência da narradora, objeto de nosso estudo.



Foto 09- Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição – 2012- Por: Maria Aparecida Resende
Arquivo Pessoal

A pesquisa se dá em decorrência da necessidade de valorizar e apresentar a casa da Praça Sete de Setembro de número 89, como um patrimônio contemplado por lembranças, às quais permearam as pesquisas através dos registros de memórias coletadas no presente estudo. Muito se sabe sobre as transformações ocorridas na Praça, entretanto, pouco se tem de registro enquanto espaço religioso, cultural e social.

Muito embora a narradora não tenha atuação em sala de aula, nem no espaço escolar, acredita, sinceramente, que o presente estudo servirá como futuro

recurso didático para contextualização do que se diz com o que se vê; nessa esperança, Aparecida Resende moradora da casa, deseja que a presente pesquisa possa contribuir de alguma forma no resgate e preservação de um espaço e de uma memória de quem vive e viveu na casa mais antiga da praça, quiçá, da cidade.



Foto 10- O Casal Benedito Bonsucesso e Maria do Carmo Resende
Em frente a Casa dos Bonsucesso- 2002 -Por: M^a Madalena Resende
Arquivo da Família

3. APRESENTAÇÃO DO PRODUTO PEDAGÓGICO

3.1. Descrições do Produto Pedagógico

O produto final trata-se de elaboração de um vídeo-documentário baseado no relato de Maria Aparecida Resende, moradora da casa de número 89, situada na Praça Sete de Setembro. O produto será o instrumento referencial para que a Escola Municipal “Oscar Weinschenck”, situada na mesma Praça, dentre outros estabelecimentos de ensino, conforme interesse, reconheçam aquele espaço como um lugar de memória do patrimônio local. E, assim, possa consolidar, com alunos, e equipe pedagógica da escola e a comunidade da Matriz, a criação de “O Dia da Praça”, após estudos e pesquisas que, inclusive, terão como referência de análise e discussão o documentário elaborado pela presente pesquisadora. Isso, visando compreender a história (através das memórias registradas) da mais antiga casa da praça, ou seja, a valoração do espaço enquanto espaço de memórias, sendo, portanto, esse dia destinado para momento de celebração e revivamento das memórias de um tempo passado e do tempo presente, com apresentação de depoimentos de antigos e atuais moradores, com apresentação de fotos e entrevistas.

O documentário também será base de sustentação para futuras ações junto aos alunos do município. O eixo temático se baseia no depoimento da moradora da Praça, Maria Aparecida Resende, com apresentação oral de suas memórias e relato das entrevistas realizadas durante o período de pesquisa sobre as questões patrimoniais e ambientais da Praça Sete de Setembro, em especial, da casa em que reside. O formato se trata da produção de um documentário e terá como público alvo os alunos dos anos iniciais do ensino fundamental da Escola Municipal Oscar Weinschenck. Com duração de aproximadamente 30 minutos, registra histórias e memórias da moradora Maria Aparecida Resende, bem como o relato de outros moradores, os quais, através de entrevistas, mencionaram fatos e acontecimentos vivenciados na Praça Sete de Setembro. Além da filmagem da depoente, serão apresentadas fotos antigas e atuais da Praça, intercalando com os registros materiais e imateriais.

As entrevistas foram realizadas com seis pessoas, tendo como recurso de pesquisa entrevistas e conversas informais e cópias de fotos atuais e antigas. Os entrevistados escolhidos foram os moradores da casa antiga, o Senhor Benedito

Bonsucesso e sua esposa Maria do Carmo Resende; a filha Maria Madalena Resende, cuidadora da árvore da Praça (no segundo e terceiro plantio); Vera de Fátima Seabra, moradora e também cuidadora da Cutieira, além dos moradores Maria José Otoni, Tarciso Lima e Altary de Souza Ferreira Júnior, prefeito de Congonhas (1977 a 1982).



Foto 11- Retirada da Cutieira para proceder ao plantio de nova muda- Década de 80-
Por: Vera de Fátima Seabra - Arquivo Pessoal.

O presente trabalho tem por objetivo tecer algumas reflexões sobre o patrimônio imaterial e o registro das memórias de um tempo, de uma época, registrando assim, as memórias vivenciadas em uma antiga casa, situada numa praça, donde moradores locais trocavam experiências de vida, solidarizando-se uns com os outros.

Ferreira (2006) destaca que para além da origem jurídica do termo, o sentido evocado ao termo patrimônio é o da permanência do passado, da necessidade de resguardar algo significativo no campo das identidades, do desaparecimento. Eis aí minha intenção, valoração da identidade de quem vive na casa mais antiga e moradores que fizeram parte da praça e compartilharam momentos de vida nesse espaço, hoje denominado “Praça Sete de Setembro”.

Recorrendo a Dominique Poulot, a autora explica que por um lado, “a história

do patrimônio é a história da construção do sentido de identidade e mais particularmente, dos imaginários de autenticidade que inspiram as políticas patrimoniais” e, por outro lado, uma categoria de pensamento que, abordado nessa condição, pode ser compreendido como esse esforço constante de resguardar o passado no futuro. “Para que exista patrimônio é necessário que ele seja reconhecido, eleito, que lhe seja conferido valor, o que se dá no âmbito das relações sociais e simbólicas que são tecidas ao redor do objeto ou do evento em si.” (POULOT, 1997, citado por FERREIRA, 2006: 79).

Considerando que noções de tempo e identidade operam em conjunto para o reconhecimento de algo como patrimônio, e, mais do que reconstruir o passado supostamente conservado ou retido, a preocupação subliminar é garantir o presente e projetá-lo em um devir, a autora complementa que é fundamental ressaltar que o patrimônio é uma construção cultural, portanto, um jogo de escolhas e um espaço de conflitos. Recorrendo a Nora (1993), Ferreira ressalta que o patrimônio é muito mais reivindicado do que herdado e muito menos comunitário que conflitivo.

As memórias coletivas se materializam através dos bens simbólicos que ao serem exteriorizadas, seja por meio da oralidade ou das inscrições, agem como um operador de socialização nas atividades coletivas desenvolvidas pelo grupo, ou ainda por um estudioso e curioso nas questões patrimoniais e sociais. Como então registrar os bens imateriais escolhendo apenas alguns bens simbólicos a eles associados, sem engessar seus conteúdos, as sensações, os sentimentos e emoções tão necessários à preservação dessa cultura imaterial e sem fazer com que esses costumes, tradições, formas de fazer e saber se fixem e percam o potencial de reconstrução no presente? É possível dar continuidade a um fazer, um saber ou um modo de viver sem cair no erro de se impor sobre a dinâmica própria que essas comunidades ou grupos possuem quanto à continuidade, manutenção e preservação de suas tradições e costumes?

Como salienta Oliveira (2003), para além de um sentido estático que por vezes, ou por vício ou mesmo por ingenuidade, caracteriza o patrimônio, deve-se se pensar este como um espaço em que se constituem práticas sociais, cujas relações são a um só tempo complexas, dinâmicas e dependentes daqueles que nelas se envolvem. Segundo a autora, a polivalência dos espaços cria campos possíveis de práticas sociais diversas, “os lugares nada significam se não levarmos em conta os agentes a que estas instituições estão sujeitas”. Daí decorre a escolha feita por mim

dos entrevistados, ainda que informalmente, foram escolhidos tendo-se como princípio a relação dos mesmos com o espaço físico, estudado.

Talvez, se partíssemos dessa concepção, sua preservação se daria em função da preservação das diversas possibilidades de interpretá-lo e nesta formulação, o material gera o imaterial, num processo circular e retroalimentado, sendo na prática impossível haver qualquer separação entre esses elementos. Mas porque então temos assistido atualmente um debate fervoroso em torno da defesa do Patrimônio Imaterial?

Dividir a prática preservacionista em bens culturais, materiais e imateriais é, sem dúvida, reproduzir a velha lógica cartesiana que separa, rompe e produz dicotomias, colocando em lados opostos aquilo que na prática é inseparável. Porém, a discussão entre o tangível e o intangível é bastante complexa.

A Constituição Federal em seu Decreto-Lei N° 25 de 30 de novembro de 1937 instituiu a chamada Lei do Tombamento prevendo a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional e, embora em seu Art. 1° tenha definido que constitui patrimônio histórico e artístico nacional, o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país, sabemos, no entanto que, talvez em função do caráter mais permanente das estruturas materiais e da natureza lábil dos bens culturais imateriais, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN ressaltou suas ações muito mais em prol da preservação do Patrimônio Material que em relação à preservação das manifestações populares em geral e da memória de um povo e ou cidadão.

O fato é que dessa forma de atuação, ou de interpretação, já que muitos estudiosos ressaltam que as ações do Instituto sempre estiveram voltadas para as questões imateriais, resultou a necessidade de se criarem formas que ora viessem priorizar os bens culturais de natureza imaterial. Portanto, o Decreto n° 3551, criado em 4 de agosto de 2000, significa uma tentativa de assegurar a existência de bens culturais de natureza imaterial que constituem Patrimônio Cultural Brasileiro.

Apesar da criação desse decreto, observa-se que a problemática em torno da preservação desse Patrimônio está longe de acabar. O que o registro de um bem como “patrimônio imaterial nacional” garante? Quais as implicações para as comunidades ao terem seu patrimônio assim reconhecido? Como fomentar e preservar, para além do registro, bens de natureza imaterial que se recriam na medida em que são vivenciadas?

Embora questões como essas estejam presentes e integrem um conjunto de

críticas e problemáticas em torno do Patrimônio Imaterial – definido como um conjunto de práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas que as comunidades reconhecem como parte integrante de sua cultura, tendo como uma de suas principais características o fato de tradicionalmente ser transmitido de geração a geração, gerando sentimento de identidade e continuidade em grupos populacionais – o Decreto nº 3551, de 4 de agosto de 2000, foi quem deu início ao registro dos bens imateriais que constituem o patrimônio cultural brasileiro.

De acordo com o IPHAN, a patrimonialização dessas culturas tem como preocupação primordial assegurar que os conhecimentos culturais de um grupo ou comunidade sejam transmitidos de geração em geração e constantemente recriados por essas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade, contribuindo assim para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana. No entanto, a complexa rede de questões na qual o tema se encontra mergulhado, aponta para as dificuldades e as limitações de uma ação pública responsável pela defesa e pela proteção de um patrimônio que tem como característica principal a reconstrução e modificação de seus aspectos. Na tentativa de refletir sobre a preservação desses bens em questão, chamamos a atenção para o fato de que a patrimonialização de bens imateriais não diz respeito somente ao registro e à tentativa de preservação dos costumes, dos modos de fazer e saber de um grupo ou comunidade, mas significa uma intervenção em todo um conjunto de relações concreta e imediatamente vividas por esses grupos e comunidades.

Considerando que esse Patrimônio é constituído, sobretudo pelas diversas memórias do grupo que a representa, vale refletir sobre o título de patrimônio imaterial nacional a eles atribuído. Ao terem suas crenças, seus saberes, suas representações, formas de ser, de viver, e de fazer, tomados como patrimônios nacionais, esses grupos tem que necessariamente assimilar aos seus cotidianos o fato de que são produtores e/ou detentores das memórias que constituem o patrimônio cultural imaterial nacional, o que certamente difere do fato de serem portadores de memórias que reconstróem seus saberes e tradições. O que antes poderia ser pensado como memórias de um grupo que davam sustentação a um estilo local de vida, de expressões ou como as lembranças que ancoravam uma tradição regional é agora considerado um patrimônio cultural da nação.

Fazendo uma analogia aos “Lugares de Memória” de Pierre Nora podemos

dizer que estaríamos diante da expropriação da “história dos lugares” para construir a história da nação. Lembrando que, como afirma o autor, memória e história estão longe de ser sinônima, a “história desses lugares” seria precisamente aquela que vai se constituir como sendo a mais forte das tradições; nosso meio de identidade nacional, por excelência, será aquele tomado ou denominado como o mais representativo de todos.

Diante do exposto, a escolha do registro de memória da casa dos Bonsucesso, se deu pelo fato de Aparecida Resende, ter ciência, na década de 70, através do relato de Maria Elisa Cordeiro, de que, quando ela (Elisa) e o esposo, João Auroa Veado, ao adquirirem a casa, na década de 20, o fizeram visando utilizar a casa para a época das festividades do Jubileu de Congonhas, uma vez que o casal residia no lugarejo denominado “Esmeril”, assim então, no mês de setembro, no período de 07 a 14 de setembro, o casal permanecia na casa da praça.

A praça, nessa época, ou seja, nas décadas de 20 e 30, possuía apenas cinco casas, ou seja, a residência do casal supracitado, ao lado direito a casa de José Bento Pinheiro, casado com Anita Righi Pinheiro e ao lado esquerdo a casa de proprietário não identificado e a casa dos Seabra. Um pouco mais à frente, descendo para a Rua Padre João Pio, a casa onde residiu, na década de setenta, o Senhor Michael Pereira de Souza.



Foto 12- Casa de José Bento Pinheiro-1990- Por: M^a Madalena Resende - Arquivo da Família

A avó da moradora e narradora do documentário, Maria Elisa era professora e

religiosa; fazia questão de nos contar que a compra da casa “foi um achado”, pois, segundo depoimentos de moradores anteriores ao casal, a casa serviu como local de adoração ao “Santíssimo Sacramento”; uma vez que o altar da Igreja de Nossa senhora da Conceição não estava pronto para guardar tão Valioso Ser. Assim então, o Santíssimo ficava exposto aos fiéis no ambiente maior da casa, ou seja, onde é a porta que se abre em duas bandeiras.

Talvez aí resida o nome dado à Praça onde situava a Igreja e em especial onde “ficava o Santíssimo Sacramento”, para a respeitosa adoração de seus féis, especialmente numa época em que a devoção religiosa e a piedade e culto às coisas sagradas permeavam e disciplinavam a vida dos crentes na certeza da existência de um Deus que a tudo via e assim julgava, conforme o procedimento dos fiéis.



Foto 13-Casa dos Bonsucesso – 2011- Por: Maria Aparecida Resende - Arquivo Pessoal

A Praça era denominada como sendo Largo do Sacramento, posteriormente de Praça do Sacramento e a partir de 1948, com a criação da Lei municipal de N°15,

instituída pelo então prefeito Nicola Falabella, denominou que a Praça (frente a Matriz) “Dom João Muniz” e a “Praça do Sacramento” (lado esquerdo da Matriz), fossem *denominadas a partir* de então como “Praça Sete de Setembro”, como também o lado direito da matriz, onde se encontra o Colégio “Nossa Senhora da Piedade”, antes denominada “Praça Dom Silvério”, passasse a denominar-se, na presente Lei, como “Praça Barão de Congonhas”.



Foto 14-Foto tirada por quem sobe a Rua Dom João Muniz-Final dos anos 60-
Arquivo: Welerson Athaydes Seabra

Interessante que, com o passar dos anos, dos anos 60 à década de 70, as casas foram aumentando e com elas o movimento frenético dos moradores. No ano de 1957, o único filho do casal, Benedito Bonsucesso casou-se com Maria do Carmo

Resende e, visando um futuro melhor para suas filhas, Maria das Graças, Maria Aparecida e Maria Madalena, vieram, na década de 60, para Congonhas, passando a residirem na antiga casa de seus pais e, assim, seus pais somente continuaram vindo para a cidade em situações de visitas e de rezas durante o Jubileu de Congonhas, como já o faziam. A quarta filha do casal nasceu, anos depois, na cidade de Congonhas.



Foto:15-Benedito Bonsucesso-1955-Arquivo da Família



Foto16-Mª do Carmo Resende-1957- Arquivo da Família



Foto17-Filhas do Casal- 1966

Arquivo da Família

Como dito anteriormente, na década de 70, as casas e pessoas “povoavam” a Praça e a cidade e, Aparecida Resende, narradora, do presente trabalho, o faz por ter vivido nesse importante espaço e por ter vivas as memórias relatadas por sua avó, pai e mãe, além das experiências vivenciadas nesse espaço da casa e da

praça, tendo ainda como memória a morte da primeira Cutieira (árvore da praça) e o replantio de mais duas árvores, vingando assim a terceira que fora plantada e resiste aos maus tratos dos cidadãos congonghenses; hoje a copa da árvore serve para abrigar os carros contra o sol e para depósitos de cesta de lixo da Prefeitura, descaracterizando um espaço que outrora, era dotado de um “parquinho para crianças”, no final da década de 1970.

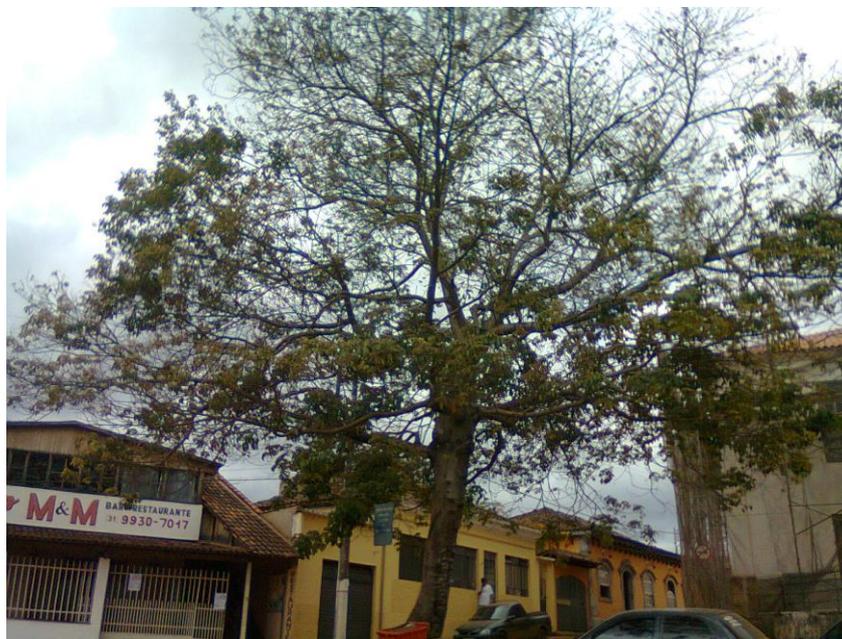


Foto18- 3ª Cutieira - Por: Maria Aparecida Resende –2012- Arquivo Pessoal



Foto19- 3ª Cutieira – Por: Maria Aparecida Resende-2011-Arquivo Pessoal

Vale ressaltar ainda que, a escolha dos moradores da praça, para entrevista informal, relembrando fatos e acontecimentos, se deu em decorrência de reviver, na

memória a quantidade de crianças, as quais, na década de 60 a 80, utilizavam do espaço da praça e debaixo da árvore para brincadeiras, como “rouba-bandeira”, “queimada”, “esconde-esconde”, “pular a corda”, “pular quadro”, brincar nos brinquedos de ferro colocados embaixo da árvore, como escorregador, gangorra, entre outros brinquedos e brincadeiras.

Eram muitas as crianças, portanto, muitas as lembranças das casas da Praça, a saber: descendo atrás da Igreja, tínhamos e ainda existe a casa do Senhor “Miliguito e dona Quiquita, com dez filhos; seguindo, temos a casa (hoje modificada em sua estrutura física), onde viviam o casal Geraldo Magela Lara e Maria José Otoni, também com seus dez filhos; mais abaixo, a casa (hoje, também, modificada em sua estrutura), residia o casal Túlio Stélio Seabra e Maria Alves Seabra e nove filhos; mais abaixo, encontrava-se uma casa (um pouco parecida com a casa dos Bonsucesso, a casa também antiga), onde residia o então viúvo João Sant’Anna, com seus nove filhos, hoje, no lugar da casa, encontramos a escola Municipal “Engenheiro Oscar Weinschenck”; virando em sentido à Igreja, havia um lote vago, hoje residência de Tony Ângelo Resende; dando prosseguimento, temos a casa onde residiu o casal Zico da Mata e Lourdes Fernandes da Mata, também com seus nove filhos, mais a frente, a casa da narradora (objeto de nossa pesquisa), ou seja, a casa onde mora a família Bonsucesso, com suas quatro filhas e posteriormente, a casa da Jacinto Pinheiro e Anita Righ Pinheiro, hoje, Pousada da Casa da Pedra.



Foto 20 - Vista da Praça Sete de Setembro- Por: M^a Apda Resende- 2012-Arquivo Pessoal

A delimitação da área de nosso estudo se encerra com o espaço onde se situa o antigo Armazém Nossa Senhora Aparecida, de propriedade de Benedito Bonsucesso, à época das brincadeiras, pois, na presente data, no local existe uma loja para materiais de construção. Portanto, a praça em estudo, envolvia essas moradias, tendo como ilustração a Cutieira, uma vez que a mesma fazia e faz parte desse contexto social e cultural do espaço em questão.

Como se pode constatar, as lembranças na Praça, registradas na memória da narradora e moradora Aparecida Resende, fazem parte de uma realidade na qual o viver e conviver implicava numa ação de troca de experiências.

Aparecida Resende possui em sua memória a lembrança das tardes movimentadas pelos frenéticos jogos das crianças e do movimento da praça com as brincadeiras até ao anoitecer, quando, cada criança, no atendimento ao chamado dos pais, à porta de cada casa, entrevam para mais uma noite de sono.

Quanto à escolha do ex-prefeito Altary de Souza Ferreira Júnior, se deu pelo fato do mesmo ter sido prefeito nos anos de 1977 a 1982, período esse quando ocorreu a transformação da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição, ou seja, a modificação (reforma) do adro da Igreja, o qual era alto e fechado com grades, tendo à frente do templo o busto de Dom Silvério Gomes Pimenta, à frente da Igreja, em homenagem ao filho da terra e que se tornou o primeiro bispo negro do Brasil; embora de origem pobre, falava vários idiomas. Essa modificação e transformação do espaço físico da Igreja ocorreram na década de setenta sendo responsável pela reforma estrutural da Igreja, à época o Senhor Tarciso Lima, também nosso entrevistado.

Produzir o documentário, narrando o interior da Casa dos Bonsucesso, demonstrando a largura das paredes internas feitas em pau a pique e das paredes externas com pedras grandes, largas e pesadas, deixando assim na construção, o desnivelamento nas paredes, sendo o material utilizado o adobre, o barro, o pau a pique e pedras, madeiras de cedro, entre outros materiais característicos da época, bem como, mostrar as namoradeiras em pedra sabão, dispostas nas janelas de frente para a rua, denotando uma característica das construções da época e, em especial, os registros dos fatos de cunho religioso e cultural da casa, uma vez que a mesma foi utilizada para a adoração do Santíssimo Sacramento, até que a Igreja ficasse pronta, como já dito anteriormente; todas essas características estruturais da casa serão narradas pela proprietária Maria do Carmo Resende.



Foto 21-Interior da Casa: As namoradeiras em Pedra Sabão- 2011-Por: M^{te} Aparecida Resende
Arquivo Pessoal

Os planos de imagens utilizados no documentário partem inicialmente da casa mais antiga da praça, registrando alguns aspectos da residência, intercalando com a praça, com a narradora e apresentação de fotos atuais e antigas da praça.



Foto 22- Família Bonsucesso- 2007- Arquivo da Família

4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E DOCUMENTAIS

HORTA, Maria de Lourdes P. Educação Ambiental e Patrimonial. In: *Boletim do Museu Imperial*, Petrópolis, IPHAN, 1996.

_____. *Interdisciplinaridade: um projeto em parceria*. 3ª ed. São Paulo: Loyola, 1995.

NORA, Pierre. Entre Memória e História: a problemática dos lugares. In: *Projeto História*, São Paulo, PUC, nº 10, p.07-28, dezembro de 1993.

PEREIRA, Júnia Salles *et all.* *Escola e Museus: diálogos e práticas*. Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Cultura/Superintendência dos Museus/PUC-MG/Cefor, 2007.

SANTOS, Camila H. Educação Patrimonial: Uma ação institucional e educacional. In: *Revista do IPHAN – Patrimônio: Práticas e reflexões*, IPHAN/COPEDPC, 2007.

5. ANEXOS

5.1 - Roteiro do documentário:



Foto 1 – Casarão dos Bonsucesso situado no Largo/Praça. 2011

Arquivo: Cida Resende.

O ano era 1962...

Chegamos para morar na casa que pertenceu ao meu Vovô João.

Meu avô e avó paternos utilizavam a casa para passarem a temporada do “Jubileu do Senhor Bom Jesus de Congonhas” e o período da Semana Santa.

Assim foi... Vinham e iam a cada ano, rezando e recebendo amigos e parentes, era um período no qual o tempo parecia caminhar mais lentamente... as prosas na frente da casa, as rezas em frente à Igreja, os cavalos debaixo da árvore da Cutieira, as visitas após as rezas, os terços contemplados e as ladainhas cantadas...

O único filho se casou e vir para a cidade era um desejo, pois o casal Benedito e Filhinha formaram sua família com quatro crianças pequenas e isso os fazia pensar num futuro com maiores possibilidades. Assim, o jovem casal com as

Três Marias instalou-se na casa da Praça Sete de Setembro, número 89; anos mais tarde nasceu a caçula, ou seja, a quarta filha.

Lembro-me como se hoje fosse.

Tinha eu, três anos de idade quando aqui cheguei. Chamou-me a atenção o chão batido da cozinha e, bem do lado do fogão à lenha havia uma parte mais profunda, onde ali me sentei como alguém, sentado numa bacia. Hoje, bem sei que se tratava do local onde a cozinheira ficava, ali, mexendo as panelas no fogão, de modo que seus pés gastaram a terra, desnivelando-a com o piso restante da cozinha.

Assim o tempo foi passando, e eu crescendo e a casa se transformando. Eu também ia me encantando com uma cidade que tinha mais telhados do que onde antes morava.

Minha avó materna, sim, eu tinha as avós maternas e os avôs paternos. A matriarca (Waldemira Isabel) a quem chamávamos de Vovó Gorda está, hoje, com noventa e dois anos de idade a outra avó, (Elisa) a quem chamávamos de Vovó Pequena, foi a responsável pela transmissão dos relatos e fatos acontecidos, os quais fazem parte de minhas memórias.

Vovó Gorda era casada com Vovô Tide. Meu outro avô, o paterno, era tratado de Vovô João. Voltando então à Vovó Gorda, lembro-me num certo dia, debruçada na janela, pedi que me levasse para passear, queria conhecer quem ficava sob aquela quantidade de telhados.

Um fato interessante se deu quando, às segundas feiras, Vovó Gorda vinha rezar no Cemitério, antigo costume esse na qual as rezas eram dedicadas à salvação das almas. Portanto, as rezas para as almas deveriam ser recitadas no cemitério e, olha que encontrávamos com muitos rezadores.

Acompanhava Vovó Gorda e, nos meus quatro anos de idade, sabia eu, de cor, onde estava enterrado “o velho de gavata”, o homem de terno, a moça bonita, o menino descalço, a mulher de blusa colorida...

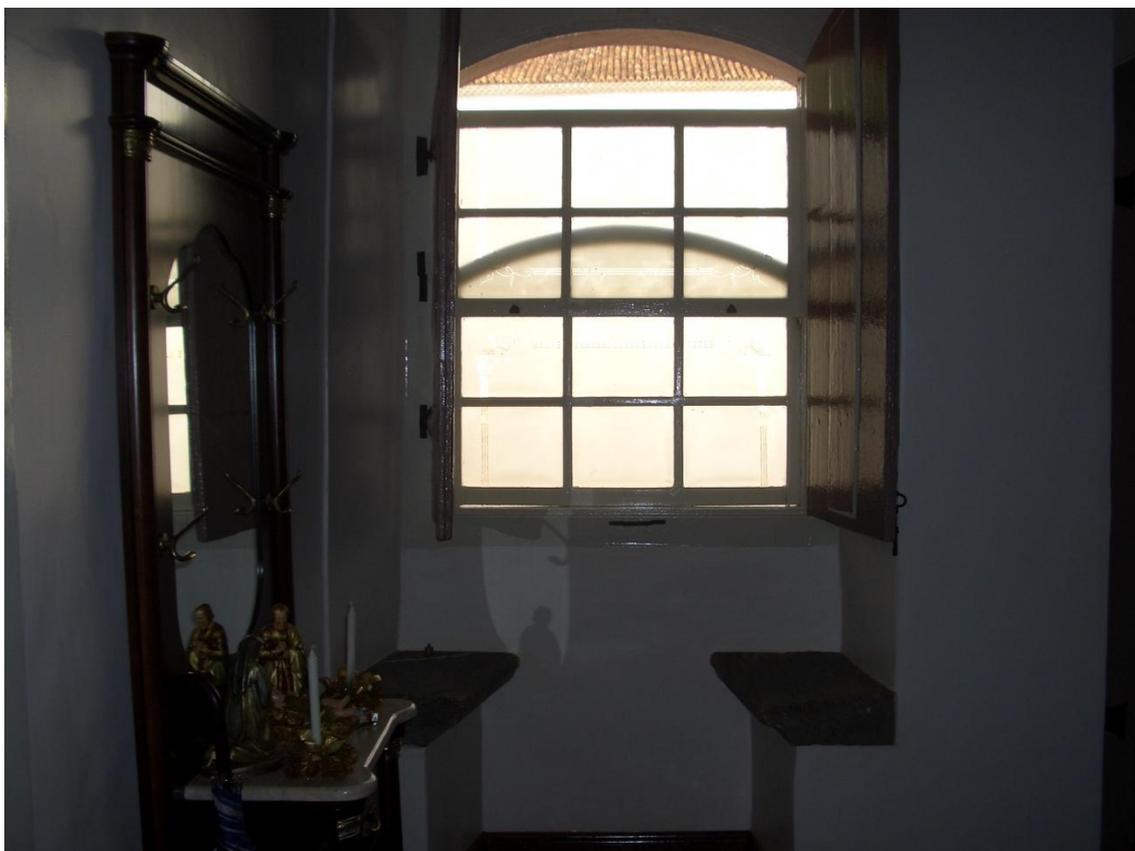


Foto 2 – Sala de visita com namoradeiras de pedra sabão.

Arquivo: Cida Resende.

Assim fui crescendo e desbravando o espaço do bairro MATRIZ.

Cresci, divertindo-me na Cidade de Congonhas, especialmente na Praça Sete de Setembro.

Vale ressaltar que a casa de meus pais está situada numa praça que é dividida pela Igreja Nossa Senhora da Conceição.

Para quem vem do centro, pela Rua Padre Antônio Corrêa, subindo o morro da igreja, e estiver de frente à mesma, perceberá que a Igreja é o divisor entre as duas praças existentes no bairro: do lado esquerdo está a Praça Sete de Setembro e do lado direito de quem sobe o morro da Matriz, está a Praça Dom Silvério.

Do lado esquerdo temos também uma grande árvore, denominada Cutieira, cujo fruto é a **cutia*** que serve de remédio para cólicas abdominais de cavalos e éguas. Por vezes, quando criança, meu avô paterno colhia algumas cotias e abrindo-as explicava-me sobre o fruto. Sentávamos no banco de cimento da casa de meus pais e ali apreciávamos a praça e conversávamos sobre a árvore e o seu fruto utilizado pelos cavaleiros da redondeza.

Fruta-de-cutia: Significado: [Bot.] - Fruta-de-cutia é o nome popular de uma árvore da família das Flacurtiáceas, cujas sementes são oleaginosas e com propriedades medicinais. Exemplo: O nome científico da fruta-de-cotia é: *Carpotroche Longifolia*.



Foto 3 – Árvore denominada Cutieira situada na Praça. 2011

Arquivo: Cida Resende.

Na praça, também havia o Armazém “Nossa Senhora Aparecida”, de propriedade de meu pai, conhecido pela população de Congonhas como “Armazém do Bené”. Inaugurado no ano de 1960, vendia todo o tipo de alimentos, utilidades do lar e variedades de secos e molhados em geral. Na época não existia o cartão de crédito, mas sim, “venda no fiado”: o que era vendido pagava-se depois, de forma que era anotado em um caderno grande e grosso, enquanto consumidor levava uma caderneta pequena para o seu controle.

Ao final do mês o “cliente/freguês” comparecia ao armazém, para quitar os seus débitos, sem maiores problemas. Na praça existiam somente cinco casas, sendo três antigas e bonitas, sendo que atualmente apenas duas delas estão em bom estado de conservação. Coisas das mudanças e permanências do tempo. É a vida e morte do patrimônio existente na cidade.

Do lado direito do prédio da Igreja está Colégio Normal Nossa Senhora da Piedade, posteriormente o nome passou a ser Colégio “Nossa Senhora da Piedade”, hoje, identificado pela população apenas como “Colégio Piedade”; espaço de aprendizagem sistematizada, normas e estudos. Bons tempos!



Foto 4– Colégio Nº Sª da Piedade –2012- Por: Mª Aparecida Resende- Arquivo Pessoal

Havia também um pequeno monumento em homenagem ao primeiro bispo negro do Brasil, Dom Silvério Gomes Pimenta, homenagem do governo local feita ao ilustre filho de Congonhas. Entretanto, tendo formato de um cone, o monumento ficou conhecido como “Pirulito”. E, citando Dom Silvério Gomes Pimenta, lembro-me da excursão realizada no segundo ano primário, quando fizemos visita às ruínas de sua casa, lugar atualmente conhecido por Bairro Dom Silvério. Foi um passeio inesquecível.

A Praça Sete de Setembro serviu por muito tempo como espaço para a realização de brincadeiras e diversões, especialmente no período da tarde, quando após os estudos, a “queimada” e o “rouba bandeira” uniam as diferentes idades, em uma diversão ímpar. Era bonito de se ver e, nos tempos atuais, de se lembrar, daqueles dias de Natal, especialmente nas manhãs do dia vinte e cinco de dezembro, quando todas as crianças iam para a praça com o intuito de se divertirem com os brinquedos deixados pelo Papai Noel. Havia uma interação e troca de brincadeiras sem brigas ou desentendimentos. Muito embora as diferenças sociais existissem, estas não se refletiam no ato de brincar.

Houve um tempo em que foram instalados brinquedos de ferro debaixo da grande árvore: um escorregador, uma gangorra e outro brinquedo o qual não sei o nome; no entanto, servia para que nele pendurássemos as pernas e ou os braços.

Assim trocaríamos as pernas ou os braços, podendo mudar de quadro e ficarmos dependuradas.

Percebe-se com clareza que ao prédio da igreja servia de marco divisor das ações na minha infância. Do lado esquerdo havia a casa de meus pais, onde eu recebia uma educação pautada no respeito aos mais velhos, com horários rígidos de estudos e afazeres domésticos (como arrumar a própria cama, antes de fazer qualquer outra coisa). Ali também pairava a árvore frondosa, onde aconteciam conversas e brincadeiras nos brinquedos de ferro.

Embaixo da Cutieira se brincava muito e, era essa a mesma árvore do período da juventude dos meus avôs paternos – aproximadamente entre os anos de 1917 a 1925. Eu tive a alegria de vê-la crescer, na medida em que eu mesma crescia! Isso, até que na década de 1990, quando foi substituída duas vezes por novas mudas, tendo vingado apenas a terceira muda transplantada, a mesma que hoje ainda se encontra lutando para sobreviver em meio a tanta poeira e falta de tratamento e poda.

Com o poema e com a foto de uma das fechaduras das portas da casa do Largo do Sacramento, (o tempo do ontem) e da Praça Sete de Setembro (o tempo do hoje), finalizo temporariamente os registros de minhas memórias demonstrando a minha relação com esses espaços, bem como com a cidade de Congonhas. Desta forma, brevemente a porta se abriu para os registros apresentados, visando a interpretação sobre um espaço familiar, para mim, e patrimonial para todos.

Vale ainda registrar que, o presente relato de uma vida ocorrida num espaço pertencente ao Patrimônio de Congonhas, cuja execução desse documentário só foi possível em decorrência dos novos conceitos e estudos obtidos nos curso de Pós Graduação do LASEB/UFMG, cuja área de concentração se tratou da Educação Ambiental e Patrimonial.

5.2- Poemas



Foto 5 – Fechadura da porta da casa dos Bonsucesso.

Arquivo: Cida Resende.

A Fechadura:

**O ferro trabalhado manualmente faz-nos pensar:
Quem dedicou seu tempo e sua mente para confeccioná-la
e desenhar a fechadura?
Seria escravo ou seria um ferreiro contratado pelo primeiro
dono da casa?
Quantas pessoas seguraram essa fechadura?
Quantas foram as pessoas que adentraram no quarto para
um descanso e, quem sabe, para outros afazeres, pois é
sabido, que nem sempre foi quarto...
O que teria sido?
E o que ainda será?
Somente o tempo que passa,
Saberá dizê-lo.**

Maria Aparecida Resende

Março de 2011



Foto 6- Aldabra da Porta da casa dos Bonsucessos- Por: Cida Resende

A Aldabra

**Bata, mas bata fortemente.
Bastam três toques
E a dona da casa, no largo sorriso,
Convidará para entrar e
Entrando, tome um cafezinho.
Conte um caso,
Recorde um momento,
Puxe na memória...
Aparecerá, com certeza,
Um fato, um acontecimento e,
Se a conversa não se estender,
Devido os afazeres e preocupações,
Afinal toda visita tem tempo e hora
Nesse mundo agitado, então,
Não fará mal algum,
Afinal o encontro servirá
Para mais um registro de memória.
Assim também será com a aldabra e
Com o seu som a tocar
No velho e duradouro Cedro
Da porta da antiga casa:
Um registro de memória,
Tanto para os olhos, quanto para os ouvidos.**

Maria Aparecida Resende

Junho de 2012

5.3 Modelo de Entrevista

UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais – FAE – Faculdade de Educação

LASEB — Pós-Graduação *Lato Sensu* em Docência na Educação Básica

Prefeitura Municipal de Congonhas – Secretaria Municipal de Educação

Curso de Especialização para Docentes do Ensino Fundamental – Educação Ambiental e Patrimonial

Disciplina: Análise Crítica da Prática Pedagógica – ACPP

Orientadora: Luana Carla Martins Campos

Indicações do roteiro de entrevista (com cerca de, no máximo, 30 minutos de duração)

- Qual o seu nome completo?

Vera de Fátima Seabra

- Qual a sua idade?

58 anos

-Onde você nasceu e se criou?

Nasci e fui criada em Congonhas, ou, seja, na praça Sete de Setembro, com meus oito irmãos.

-Quanto tempo mora na Praça sete de Setembro?

Desde que nasci. Meus pais casaram-se em 1948 e logo em seguida vieram morar na casa que fica bem próxima à “Cutieira”, razão pela qual sempre tive zelo pela árvore... Presenciei a “morte de duas” árvores, mas felizmente, a terceira, vingou.

- Qual o seu endereço?

Praça sete de Setembro, nº 155, Bairro: Matriz, Congonhas- MG

- Desde quando você se envolveu com as questões patrimoniais de Congonhas?

Desde sempre. Quem nasce e se cria numa cidade com tamanho valor artístico e cultural não pode ficar alheio às questões da memória e preservação dos espaços culturais e patrimoniais.

- Quais são as suas memórias referentes ao espaço da Praça Sete de Setembro?

São muitas as memórias desse espaço.

Festas religiosas da Semana Santa, do Jubileu, inauguração do Grupo Escolar “Engº Oscar Weinschenck” e as festas que a escola realizava no espaço da praça, tudo acontecia na praça: brincadeiras, jogos, conversas entre os moradores. Havia um espírito de respeito e amizade muito grande entre as famílias da Praça Sete de Setembro, até porque, eram muitos os jovens e

crianças que aqui residiam.

O Armazém do Bené era uma referência para todos nós, todas as famílias compravam no Armazém e o interessante é que, naquela época, encontrava-se tudo no Armazém de Secos e Molhados; as compras eram feitas e anotadas em uma caderneta. E no final do mês, a conta era quitada e assim começavam-se novas anotações.

- Quais são as transformações ocorridas na Praça Sete de Setembro que mais chamaram a sua atenção? Justifique.

A Praça poderia estar mais bem cuidada, com mais árvores e, sobretudo, com banquinhos, mais iluminada. É bem verdade que, quando éramos crianças, nem calçamento havia. Era uma terra muito vermelha e, somente na casa de Dona Anita até a metade da casa do Bené tinha grama verde. Como a terra é muito vermelha, até hoje, o calçamento fica prejudicado pela poeira vermelha.

É preciso haver mais cuidado com a praça, a Igreja foi reformada na década de 70, tinha um muro mais bonito e um busto do Dom Silvério.

Outra questão que necessita de transformações e de cuidados: A Cutieira, que virou, nos tempos atuais, depósito de lixo, antes havia um canteiro de plantas, mas agora foi substituído por pedras e tambor de lixo. Quando plantaram a árvore que aí está, não fossem os meus cuidados, juntamente com Maria Madalena, Sr. Nilton Fernandes e o “Sr. Baiano”, a árvore não teria vingado.

- Há fatos que merecem ser lembrados?

Só tenho boas lembranças. A amizade dos moradores era algo de tão especial que não encontramos mais. A praça ficava, toda tarde, repleta de crianças com brincadeiras da época e, os jovens conversavam em frente à casa ou faziam passeios pelo adro da Igreja. A festa de Nossa Senhora da Conceição era esperada durante todo o ano, uma vez que a data do término da festa se dava e ainda acontece no dia oito de dezembro.

Não posso deixar de citar o Jubileu, pois as jardineiras e depois os ônibus, estacionavam na Praça, sendo quase impossível trafegar.

A Semana Santa também trazia e trás ainda muito movimento na Praça.

Congonhas, 13 de dezembro de 2011

5.4 – Cópia da Lei Municipal nº 15 de 14 de Abril de 1948 que dispõem sobre a mudança do nome de "Praça do Sacramento" para "Praça 7 de Setembro".



09.02

LEI Nº 15

Dispõe sobre a denominação de logradouros públicos.

A Câmara Municipal de Congonhas do Campo decreta e eu promulgo a seguinte lei:

Art. 1º - Ficam assim modificadas as denominações de logradouros públicos da cidade:

- a) a "Praça Dr. Mário Rodrigues Pereira" passa a denominar-se "Praça Cristo Redentor";
- b) a "Praça Portugal" denominar-se-á "Praça Brasil";
- * c) a "Praça Sete de Setembro" desdobrar-se-á em "Praça D. Matriz" (frente a Matriz) e "Praça do Sacramento" (lado esquerdo da Matriz);
- d) a "Praça Bondeirantes" passa a denominar-se "Praça Antônio Manso de Oliveira";
- e) a "Praça D. Silvério" passa a entitular-se "Praça Barão de Congonhas";
- f) a "Rua Barão de Congonhas" denominar-se-á "Rua D. Silvério";
- g) fica denominado "Praça da Liberdade" o logradouro que defronta com o edifício da Prefeitura Municipal;
- h) a "Avenida Presidente Vargas" passa a denominar-se "Avenida Operária";
- i) a "Avenida Governador Valadares" passa a entitular-se "Rua Engenheiro Vitor de Freitas";
- j) a "Rua Dr. Vitor de Freitas" passa a se chamar "Rua Dr. Antônio Moreira";
- k) a "Rua Maranhão" denominar-se-á "Rua Oscar de Andrade";
- l) a "Rua do Comércio" passa a denominar-se "Rua Inconfidente José Ribeiro";
- m) a "Travessa dos Carijós" passa a entitular-se "Rua Padre Corrêa";
- n) a "Rua D. Pedro II" passa a denominar-se "Rua Cidade de São João Ribeiro";
- o) a "Rua do Cruzeiro" passa a denominar-se "Rua Padre Flávio";
- p) passa a entitular-se "Rua Belo Vale" a atual "Rua D. Pedro I";



- q) a atual "Rua Marechal Deodoro" passa a denominar-se "Rua José Pedro Junqueira";
- r) fica denominado "Rua Itabirito" o trecho da "Rua 28 de Dezembro" que, começando junto à estação da Estrada de Ferro Central do Brasil, vai até a rua Diamantina";
- s) passa a denominar-se "Rua Lobo Leite" o trecho inicial da "Rua Diamantina".
- t) a "Rua dos Minérios" passa a denominar-se "Rua Casa de Pedra";
- u) a "Travessa dos Timbiras" passa a denominar-se "Rua Lucia Junqueira";
- v) a "Rua do Ouro" passa a denominar-se "Rua Padre Jacinto Pinheiro".

Art. 2º - O Prefeito Municipal baixará decreto dispondo sobre a nomenclatura geral de todos os logradouros públicos municipais, esclarecendo a localização e os limites exatos dos mesmos, na conformidade da legislação que então vigorar.

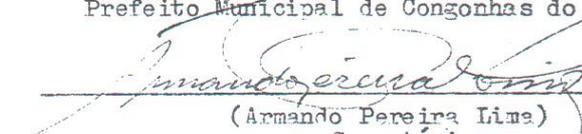
Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário, entrará esta lei em vigor na data de sua publicação.

Mando, portanto, a todas as autoridades, a quem o conhecimento e execução desta lei pertencer, que a cumpram e façam cumprir tão inteiramente como nela se contém.

Prefeitura Municipal de Congonhas do Campo,
14 de abril de 1948.



(Nicola Falabella)
Prefeito Municipal de Congonhas do Campo



(Armando Pereira Lima)
Secretário